



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 54 - 1ª Quinzena de agosto de 1993 - Cr\$ 15.000,00

**Política Salarial do governo é de fome
Para arrancar a escala móvel de salários e pôr
fim ao desemprego é preciso uma
Campanha Nacional de Lutas**

**A reforma constitucional é um ataque à economia nacional e às
condições de vida das massas.**

**Para enfrentar a manobra burguesa é preciso mobilizar as massas
numa luta antiimperialista e em defesa das reivindicações das
massas:**

**Ocupar as estatais para impedir as privatizações e
conquistar o controle operário**

**Lutar pelo salário mínimo real com escala móvel,
exigir o fim das demissões e do desemprego:
divisão do trabalho entre todos os trabalhadores.**

Internacional:

Fora o imperialismo da Bósnia e do Sul do Líbano!

XI Reunião do Comitê de Enlace

O naufrágio do Ministro Fernando Henrique Cardoso

A subida do Ministro Fernando Henrique Cardoso foi anunciada como a solução para a tremenda instabilidade do governo Itamar. Entretanto, a perspectiva de novas crises ministeriais e aprofundamento da instabilidade está posta.

Originariamente, Itamar realizou uma reforma nos ministérios procurando estabelecer um governo baseado na aliança do PSDB e PMDB, que arrastasse desde o PT até o PFL. Tratava-se de montar um acordo nacional, de forma que o Congresso se submetesse às decisões do executivo. Esta estratégia se inviabilizou prontamente com a exigência do PMDB de conduzir a política econômica.

Em pouco tempo, a reforma ministerial se encontra esgotada, uma vez que o descontrole da economia permanece firme e as eleições presidenciais de 1994 abrem tremendo conflito no interior dos partidos burgueses. O governo submetido às pressões do imperialismo e assentado no brutal endividamento do Estado (dívida interna e externa) não tem outro instrumento de política econômica senão de ataque sistemático às condições de vida das massas e às bases da economia nacional.

As diretrizes de Fernando Henrique Cardoso são as mesmas do neoliberalismo do Plano Collor. Baseia-se em aumento de impostos (reforma fiscal), cortes dos investimentos estatais, quebra de direitos trabalhistas dos funcionários públicos, violento arrocho salarial e avanço das privatizações. No geral, a burguesia está de acordo com esta linha, porém, na prática, se divide quando a recessão atinge seus negócios e a abertura de mercado ameaça a existência de uma parcela. Assim, crescem as pressões setoriais e regionais.

No quadro recessivo e inflacionário, os monopólios ditam artificialmente os preços. O capital financeiro, por sua vez, como grande credor da dívida interna, impõe altas taxas de juros. A burguesia munida das experiências fracassadas de choques anteriores cerca o governo para que não tome nenhuma medida intervencionista e controladora dos preços. O ministro Fernando Henrique Cardoso, como os anteriores, é um refém destas contradições e do poder da oligarquia capitalista.

A ameaça de demissão de Fernando Henrique caso o Congresso não aprove sua Medida Provisória de arrocho salarial é uma chantagem, mas que sem dúvida reflete a desagregação do governo. Os rumores de golpe militar ou fuji-morização do regime político (auto-golpe de Itamar) são sintomas da crise de governabilidade.

A decomposição do governo só não

tem ido mais a fundo devido à contenção do movimento operário pela burocracia sindical. Entretanto, as inúmeras lutas que vêm ocorrendo nas várias camadas dos explorados indicam uma tendência de recrudescimento da luta de classes. A defesa da política proletária de organização independente dos movimentos e de contraposição programática ao governo antinacional e antipopular é necessária para rebater a política de conciliação dos reformistas (PT, PCdoB e burocracia sindical), que submete as massas à crise burguesa e impede o proletariado de se destacar como força motriz revolucionária.

Nova tentativa de pacto social: "Agenda Brasil"

O veto de Itamar ao reajuste mensal de 100% da inflação passada, que de resto mantinha o arrocho, serviu de motivo para que a CUT abandonasse o Fórum de negociação governamental. Meneguelli condicionou a sua presença à aceitação da política salarial aprovada no Congresso.

Neste Fórum, se debatia com as Centrais Sindicais e setores empresariais reformas como a da Previdência, das relações trabalhistas do Estado (estabilidade, salário nas empresas estatais, etc). Era um tipo de Câmara Setorial típica de conciliação entre exploradores e explorados.

Para um governo em crise, a submissão da CUT e Sindicatos ao Estado é fundamental para amortecer os choques interburgueses. Ou seja, a presença das Centrais no seio do Estado é um instrumento do governo para conduzir sua política capitalista.

Frente ao rompimento de Meneguelli, Itamar retomou o chamado à negociação, para concluir a "Agenda Brasil". A CUT se pronunciou contrária à participação. Ocorre que o PT, que apoiou Itamar, se declarou opo-sicionista em função de sua estratégia eleitoral para 1994. O reajuste mensal, numa inflação crescente, é uma bandeira demagógica eleitoralista, a ponto de ser aprovada inclusive pelo PDS (a direita burguesa).

A manutenção da CUT na "Agenda Brasil" contribui para a burguesia processar seus choques na cúpula do Estado. Para a própria disputa eleitoral é importante a permanência da conciliação entre capital e trabalho, à qual a burocracia cutista vem se submetendo, ao estilo da Força Sindical.

O fato é que o pacto neoliberal vem sofrendo resistência das massas, duramente atingidas com o desemprego e arrocho salarial, num ano eleitoral a burocracia da CUT, identificada com o PT, não pode mostrar abertamente seu compromisso com a burguesia. A ruptura de Meneguelli com a "Agenda Brasil" é momentânea e se dá no quadro da política estatal. Ela não objetiva impulsionar unitariamente o movimento operário e popular contra o governo antinacional e antipopular.

Cabe à camada mais avançada da classe operária denunciar essa manobra e aproveitar o choque da burocracia reformista com o governo para organizar o movimento nacional dos explorados, tendo por base as reivindicações fundamentais de salário, emprego, terra, saúde e moradia e a luta antiimperialista.

NACIONAL



Governo decreta mais fome com nova política salarial

As negociações entre governo, empresários e centrais sindicais acabaram não servindo para nada. Depois de várias reuniões sem acordo, o governo decidiu vetar o reajuste mensal de 100% da inflação e baixou uma medida provisória que estabelece um gatilho salarial no valor que ultrapassar 10% da inflação. Na prática, como a inflação está ao redor de 30%, o reajuste estará em torno de 66% da inflação. O trabalhador perderá no mínimo 10% de seu salário todo mês, até o reajuste quadrimestral.

Tudo indica que o Congresso vai aprovar a medida provisória do governo. As declarações e que haveria a derrubada do veto do governo mostraram-se um blefe. O parlamento se submete novamente. A política salarial é mais um arrocho para os trabalhadores. E não vai valer para o funcionalismo, que ficou sem política salarial.

O que estava em discussão

As principais categorias de trabalhadores já conquistaram reajuste mensal, algumas de 80% da inflação, outras de 90% e outras ainda até os 100% da inflação. Por isso é que vários setores da burguesia declararam-se favoráveis ao reajuste mensal pleno de salários, não estavam concedendo nada. O que estava em primeiro plano nas discussões era se o governo pagaria ou não esse reajuste mensal ao funcionalismo e, principalmente, aos aposentados. O governo, empenhado em cumprir com os compromissos assumidos junto ao FMI sobre os pagamentos dos juros da dívida externa, jamais deixaria de cumpri-los para pagar o reajuste mensal pleno. As centrais sindicais sabiam disso. A burocracia sindical anunciou antecipadamente que seria intransigente na defesa dos 100%, mas que aceitaria 90% da inflação. Não apenas sentou na mesa para negociar o tamanho do arrocho, ficou de quatro para o governo. Na verdade, até 80% seriam aceitos. Mas o governo não tinha de onde tirar nem mesmo migalhas para oferecer aos burocratas.

As reuniões foram suspensas. Meneghelli anunciou uma campanha de Veto ao Veto. Quem viu podia ter-se enganado de que haveria um endurecimento da CUT e que se trabalharia para a ação direta para arrancar o reajuste mensal de 100% da inflação. Mas o que se viu em seguida foram as

negociações das centrais com os deputados para modificar... a medida provisória do governo. A afirmada intransigência de Meneghelli não existiu nem no campo institucional: já se considera aprovada a medida provisória do governo, e se busca sua modificação. A "campanha" do Veto do Veto só vai até a passeata do dia 11. Depois volta para os conchavos no Congresso.

Um pacto inviável

A política de conciliação de classe praticada pela burocracia sindical, seja direitista ou esquerdista, é notável. Seguindo a orientação política do PT, a direção da CUT tem evitado a unificação e centralização das lutas que têm ocorrido, sob pretexto de não desestabilizar o governo. As greves e ocupações na defesa do emprego e do salário esgotam-se pelo isolamento. O desemprego aumenta a cada dia e os sindicatos não têm feito nada para enfrentá-lo, nem para organizar os desempregados. No parlamento, os reformistas têm apoiado as principais medidas do governo, como o aprofundamento do plano de privatização, a LDB privatista, o salário mínimo de fome, etc. Não há como negar, o reformismo sustenta o governo Itamar. E por que não se chegou a um pacto, um acordo, nas negociações? Não era esse o objetivo da chamada Agenda Brasil, ao envolver na discussão outras questões nacionais?

Não haverá pacto porque a crise do capitalismo chegou a um ponto que não o permite. A brutal recessão, que põe as frações burguesas a se degladiarem para ver quem sobrevive à quebradeira não dá brechas para que se façam concessões ao movimento operário. Ao contrário, o governo, como instrumento da política antinacional e antipopular ditada pelo imperialismo, só tende a atacar cada vez mais a economia nacional e as condições de vida das massas. Sem ter o que oferecer às massas, a burocracia sindical não pode chegar a um pacto com o governo.

As perdas prosseguem

Uma inflação de 30% ao mês impõe perdas até nos salários com reajuste mensal pleno. Isto porque os salários são fixados no dia 1º de cada mês e só são recebidos a partir do dia 30, ou até o dia 5 do mês seguinte. Só aí a inflação já comeu boa parte do seu valor. Por exemplo,

quem ganha 20 mil cruzeiros reais em 1º de agosto vai receber o salário desvalorizado em 5 de setembro, equivalente a 15 mil cruzeiros reais de 1º de agosto. As perdas de quem não tem reajuste mensal pleno são maiores a partir do mês seguinte.

No caso dos aposentados e funcionários públicos a situação é pior, porque nem têm a medida provisória do governo. O entreguismo de Itamar e Fernando Henrique prefere matar de fome os aposentados para poder pagar os compromissos com os capitalistas estrangeiros.

Campanha Nacional de Lutas

Está claro que o governo não vai ceder, que o Congresso é impotente e que a burocracia sindical não está disposta a chamar a luta. E não há outro caminho para arrancar a escala móvel de salário a não ser o da preparação da greve geral nacional por tempo indeterminado. Se não é possível convocá-la já, então que se prepare a mesma com uma campanha nacional de lutas, unificando e centralizando as greves e ocupações que já vêm ocorrendo e chamando a unidade entre empregados e desempregados.

É preciso exigir dos sindicatos a convocação de assembleias para organizar a resistência ao arrocho e ao desemprego. E que a CUT antecipe seu Congresso para convocar a luta contra o governo antinacional e antipopular e sua política de fome e desemprego.

Nacional



Condenação de Requião e denúncias contra Maluf

Agrava-se a luta interburguesa

O governador do Paraná, Roberto Requião, foi cassado pelo Tribunal Eleitoral do Paraná por crime eleitoral. A votação do julgamento foi de 4 a 0, o que dificulta recursos. Requião foi afastado do governo e o vice-governador foi obrigado a formar um governo dividindo as secretarias entre os partidos.

O prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, também está sob acusação de crime eleitoral. As empresas do pianista João Carlos Martins recolheram dinheiro para sua campanha e estão sob investigação. Outra denúncia envolve até a Cosipa no escândalo.

As denúncias de corrupção e crime eleitoral também têm ocorrido em outras partes do país. Refletem a divisão interburguesa que se agrava. O Estado Burguês é construído sobre a base da corrupção de cima a baixo. Sempre foi assim em todos os lugares. As campanhas eleitorais são decididas pelo poder econômico. Sempre as empresas e os bancos se unem para decidir quem será o governante do país, do estado e da cidade, e os parlamentares, e os escolhem através do apoio econômico às candidaturas. As negociatas em torno das obras governamentais são rotina. Existem até taxas padrão de "gorjeta" em cada administração. Os burgueses, normalmente, se protegem uns aos outros e mantêm a salvo suas negociatas.

Por que então estouram agora as denúncias? É que o agravamento da crise econômica coloca os setores burgueses em choque pela so-

brevivência. As denúncias são instrumento de pressão para obter vantagens. Nunca são levadas às últimas conseqüências: os burgueses nunca prendem outro burguês.

É evidente que Roberto Requião foi afastado por influência de Orestes Quercia, que tinha sido atacado anteriormente pelo governador do Paraná e foi obrigado a renunciar à presidência do PMDB. É evidente que as denúncias contra Maluf pretendem desestabilizar sua candidatura à presidência em 94. No final das contas, os burgueses entram em acordo, ninguém é punido e se unem novamente para oprimir e manter a exploração sobre os assalariados.

Os trabalhadores não devem aceitar a podridão burguesa. Devemos lutar pela convocação de Tribunais Populares pelos organismos de luta das massas, para julgar e punir a burguesia corrupta.

PSTU e a reforma agrária

A bandeira de reforma agrária defendida pelo PSTU, PT, PCB, etc reflete a ausência de um programa científico e operário e na essência mostra o caráter burguês destes pressupostos partidos socialistas.

O PSTU e suas variantes concebem a reforma agrária saída do processo eleitoral, através do método pacífico, e pelas instituições do Estado burguês. A consigna de "controle dos trabalhadores" nada mais é do que uma enfeite utilizadas por esses partidos democratizantes.

A reforma agrária, bem como todas as reivindicações democráticas não resolvidas pela burguesia, somente virão com a intervenção da classe operária, como dirigente da revolução. A conquista será parte da revolução e ditadura proletárias e, por isso, o método é violento. Isso porque implica na expropriação das terras das mãos da burguesia, o que não poderá ser feito através de votações no Congresso, apodrecido, corrupto e dominado pela classe dominante.

A Convergência Socialista não defende de fato a IV Internacional e o trotsquismo, pois nega uma das suas principais conquistas históricas, ou seja, a inviabilidade das reformas democráticas sob o regime capitalista. Estas serão fruto da revolução proletária. Nos países semicoloniais, como o Brasil, a burguesia está submetida aos ditames do imperialismo. Já não pode mais cumprir tarefas democráticas. Haja vista, o salário mínimo real, a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, ensino público e gratuito a todos, etc.

Os princípios fundamentais do leninismo-trotsquismo são defendidos pelo POR, que tem como tarefa central a construção do partido-programa, como resultado da compreensão da realidade brasileira e a intervenção na luta de classes. Por isso, tem sido intransigente na crítica às correntes que deformam o trotsquismo, introduzindo as concepções burguesas no interior dos movimentos.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Nacional



O extermínio de crianças

A chacina ocorrida da Candelária no Rio de Janeiro, novamente trouxe à luz do dia o assassinato massivo de menores de rua em todo o país. O requinte do massacre da Candelária demonstra a putrefação capitalista e a barbárie. Os dados oficiais constatarem que vem crescendo os assassinatos de crianças. A polícia fluminense anunciou 328 assassinatos de crianças e adolescentes entre janeiro e junho de 1993. No anterior foram mortos 450 e somente nos primeiros seis meses de 1993 o número atingiu 328.

Esta monstruosidade não é privilégio do Rio de Janeiro. Em Alagoas, os assassinatos chegaram a 72, em 1990, 47 em 1991 e 72 em 1992. Estima-se que há 2500 meninos de rua em Maracá. São Paulo chega a ter em média 1 assassinato por dia. Enfim, por todo o país as chacinas ocorrem.

A prática de assassinatos por grupos paramilitares e pela polícia é consequência da crise social. Ano

a ano cresce o número de crianças de rua, que são empurradas para a marginalidade. Por sua vez, este fenômeno resulta da desagregação dos lares operários, golpeados pelo desemprego, salários miseráveis e a fome.

Quando o capitalismo chega ao ponto de assassinar massivamente crianças é porque a barbárie está instalada. As denúncias de que é o próprio Estado, através da instituição policial, que liquida menores comprovam o caráter reacionário da burguesia. A atribuição de 80% dos assassinatos ocorridos em Alagoas à polícia militar, claramente protegida pelo governador, é a mais completa comprovação da decomposição da classe burguesa dirigente do país.

Os organismos humanitários e demagógicos de direitos humanos não fazem outra coisa senão demonstrar os números estupefacentes. A via da simples denúncia pouco serve. Por

outro lado, a vergonhosa campanha de Betinho choramingando esmolas para os grandes capitalistas para amenizar a fome dos explorados só serve para acobertar a fonte da barbárie.

A defesa da vida das crianças coincide com a defesa da vida da classe operária. Para isso, o movimento operário deve tomar em suas mãos a luta contra a expulsão das crianças de seus lares e seus assassinatos de rua. As reivindicações de emprego a todos, salário mínimo real, reajustes automáticos, saúde e ensino para todos são o ponto de partida para rebater a barbárie capitalista.

Nacional

Abaixo a privatização da Cosipa!

No dia 11 de agosto, após vários adiamentos da venda da Cosipa, está previsto o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo. Assim como a CSN, a Cosipa jogou um papel de primeira ordem na industrialização do país. Nos últimos tempos, os governos burgueses a sucatearam em função dos interesses das multinacionais e de grupos econômicos nacionais parasitários.

A sua venda é parte do plano geral de desestatização, que favorece o imperialismo. A liquidação da Cosipa enquanto empresa estatal indica a falência da burguesia nacional, incapaz

de desenvolver o capitalismo independente das potências estrangeiras.

Os operários da Cosipa sempre jogaram um papel de vanguarda na luta de classes. Se agora se mostram impotentes frente à privatização é por responsabilidade das direções sindicais e políticas do movimento operário, que capitularam diante do neoliberalismo.

Fora a privatização da Cosipa!

Fora as direções traidoras!

Em defesa do estatismo contra o imperialismo!



Somente uma grande movimento pode barrar Maluf

Aos poucos Maluf está impondo a privatização da CMTC, apesar da população estar contra. A barreira policial montada no local de licitação demonstra a imposição totalitária da privatização. Se com subsídios da prefeitura o transporte urbano já pesava nos salários, com a livre exploração de gananciosos grupos econômicos a situação dos trabalhadores se agravará.

As manifestações de bloqueio de ruas feitas pelo movimento "Bairro a Bairro" do sindicato foram muito bem recebidas pela população, que no entanto permaneceu passiva. A simples assinatura do abaixo-assinado contra a privatização não pode barrar Maluf. Sem que os trabalhadores assumam amplamente a defesa da CMTC e coloquem a estatização de todo sistema de transporte urbano a privatização virá, como demonstram as licitações.

O fato do sindicato se limitar aos protestos e não conseguir preparar a greve fortaleceu a decisão reacionária de Maluf. O receio das demissões por justa-cause significou uma vitória política da burguesia. Não se pode esconder que tal receio só poderia ser vencido com a confiança na capacidade de luta unitária dos assalariados. Não há luta séria contra os exploradores sem que tais riscos existam. E eles só poderão ser superados com uma sólida organização e consciência revolucionária. Durante a trajetória de sua existência, a burocracia sindical petista não poderia preparar estas condições, embora os trabalhadores demonstras-

sem vontade de luta.

O problema da privatização da CMTC ultrapassa a força do sindicato. Era e é necessário que a CUT assumisse a luta geral contra a desestatização. A resistência parcial da CMTC não tem como impedir o avanço da política neoliberal, que consiste na resposta estratégica da burguesia para a crise do capitalismo. Eis porque a população permaneceu passiva quando se constituiu na principal força. A CUT e suas centenas de sindicatos permaneceram alheios ao ataque malufista, a exemplo da CSN e agora da Cosipa.

O que está em jogo na resistência às privatizações é a luta antiimperialista. Como a burocracia sindical de conjunto dos reformistas da CUT à direita Força Sindical, capitularam frente ao plano neoliberal de Collor não puderam encabeçar a organização de uma frente única antiimperialista dos explorados contra os exploradores vendilhões. É necessário que a vanguarda que combate decididamente as privatizações se coloque pela organização da frente antiimperialista.

Plenária Estadual da CUT-SP

A plenária estadual da CUT que deveria ser realizada nos dias 31 e 1 de agosto foi reduzida a um dia. Participaram por volta de 260 delegados, que eram das diretorias dos sindicatos. O que demonstra a ausência de assembleias para a eleição dos delegados e aprovação do plano de lutas.

O início foi marcado com o discurso demagógico de Lula, voltado à defesa da campanha governamental contra a fome e as denúncias inocuas dos assassinatos das crianças na Candelária. Logo após usou a tribuna Suplicy, referendando a linha de intervenção de Lula/PT.

Concretamente, quase nada foi discutido. O plano de lutas foi previamente acordado com as correntes, que possuíam maior representa-

ção. A Articulação (ala majoritária da CUT) tinha, mais ou menos, 66% do plenário, em seguida, a Corrente Sindical Classista (PCdoB), PSTU, CUT pela Base, O Trabalho. Havia algumas divergências em relação a greve geral para pressionar o Congresso a votar o reajuste de 100%, sobre a antecipação das eleições gerais e dissolução do Congresso (proposta de "O Trabalho"), porém rejeitadas.

O tema sobre a participação das mulheres nas instâncias da CUT, provocou a divisão da Articulação, pois alguns setores defendiam cotas de 30%, de 20 e outros flexíveis, ou seja, dependendo do número de mulheres presentes. O PSTU, vergonhosamente, acabou votando na cota de 20%. A defesa de não às cotas, contra a divisão do trabalho imposta pela burguesia entre homens e mulheres e a bandeira de unidade dos trabalhadores (sem distinção de sexo) teve uma boa aceitação no plenário.

Sobre as campanhas, aprovou-se a participação nos comitês contra a fome, lançados pelo governo. Referendou-se a entrega dos abaixo assinados contra a privatização

da CMTC e apoio às atividades desenvolvidas pelo sindicato. Deliberou a participação no protesto dos servidores públicos, no dia 13 e nas manifestações estudantis, de 11 de agosto.

O final da plenária se limitou à formação de uma chapa única, com proporcionalidade das correntes, para a plenária nacional da CUT.

Como se vê, tratou-se de uma reunião burocratizada, que não serviu para impulsionar as lutas e retirar a CUT da enorme paralisia. Nada de unificação dos trabalhadores. Nada de preparar a greve geral por tempo indeterminado e em defesa das reivindicações elementares da classe operária. Nenhum enfrenamento à política neoliberal de Itamar, que se expressa no desemprego massivo e na privatização das estatais. A classe operária deve rejeitar essas direções e apontar para a construção de direções de luta para o movimento operário e dos explorados em geral. Essas direções só podem ser construídas sobre a base da independência de classe, ou seja de um programa revolucionário.

Nacional



Entre os dias 24 e 28 de agosto se realizará a Plenária Nacional da CUT. Os delegados têm por tarefa responder à crise econômica e à ofensiva neoliberal do governo Itamar. A proposta do Partido Operário Revolucionário está sintetizada na resolução abaixo:

Plano de Lutas

Resoluções para as plenárias estaduais da CUT

I. Diante da crise econômica capitalista, do aumento em grande escala do desemprego e do brutal confisco salarial, que tem reduzido a pô os salários; da existência de cerca de 20 milhões de trabalhadores vivendo com o salário mínimo; da fome alastrada;

II. Diante da farsa do reajuste mensal, aprovado no Congresso e que será vetado pelo governo, da manutenção do salário mínimo muito abaixo das necessidades básicas de sobrevivência da família trabalhadora;

III. Diante das modificações nas relações trabalhistas operadas pela chamada tercerização e ampliação da indústria do desemprego com as agências de contratação, da quebra de direitos trabalhistas, da existência de milhões trabalhando sem carteira profissional, do aumento da utilização do trabalho do menor substituindo o adulto para rebaixar os salários, da permanência do trabalho escravo e da utilização da chamada "demissão voluntária";

IV. Diante da violência reacionária dos governos e dos latifundiários contra o movimento dos sem-terra, da crescente concentração da propriedade fundiária, da inocua política limitada

de assentamentos, da lei pró-latifúndio de reforma agrária, dos assassinatos impunes dos lutadores, do endividamento dos pequenos proprietários e da política de proteção da oligarquia latifundiária;

V. Diante do crescente aumento dos sem-terros nos grandes centros urbanos, dos despejos militares, do aumento de favelas e cortiços sem a menor condição de existência, do aumento da população de rua, do aumento da marginalidade como expressão da crise social, do assassinato massivo de crianças e adultos pelos grupos paramilitares e pela própria polícia;

VI. Diante do continuísmo da política neoliberal de Collor sobre o governo de Itamar Franco, do Plano antinacional e antipopular de Fernando Henrique Cardoso, da implantação do IPMF que penaliza os assalariados e da ampliação da política pró-imperialista de desestatização;

VII. Diante da reforma constitucional que objetiva eliminar a estabilidade dos funcionários públicos, de privatizar a Previdência, INSS e educação, acabar com aposentadoria por tempo de serviço, demitir em massa os funcionários públicos, estender a privatização, e tornar mais antidemocrática ainda a lei orgânica dos parti-



dos e das eleições;

VIII. Diante da ofensiva imperialista de desestatização, de quebra de parte das forças produtivas, de pagamento da dívida externa e de controle fiscal do Estado, da ofensiva intervencionista em vários pontos do mundo (Somália, etc), do bloqueio comercial sobre

Cuba, da tendência de aumento da militarização imperialista das relações mundiais, das pressões para se restaurar o capitalismo no Leste Europeu, Rússia, China, etc, com a colaboração da burocracia estalinista desagregada:

Propomos: Campanha Nacional de Luta

1. Que a CUT lance imediatamente uma Campanha Nacional de Luta sobre a base de um Plano de Reivindicações de defesa da vida das massas e de combate à opressão capitalista. Que unifique os movimentos numa frente única dos explorados contra o governo de fome e miséria. Que prepare a greve geral por tempo indeterminado para exigir do governo e da burguesia o Plano de Reivindicações, convocando plenárias de base, assembleias sindicais e populares, constituindo um comitê nacional e comitês de base por todo o país. Que nesta campanha se defenda uma frente única de todas as Centrais, sindicatos, associações e entidades estudantis para ação direta.

2. Que a CUT aprove o Plano de Luta unitário. Propomos que as reivindicações centrais do movimento sejam:

Salário Mínimo Real, reajustes automáticos de salários na forma de escala móvel, reposição das perdas, fim das demissões, redução da jornada de trabalho para 6 horas (sem nenhuma perda salarial), estabilidade no emprego, salário desemprego igual a um salário mínimo real, fim da repressão ao movimento dos sem-terra, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, moradia, saúde e ensino público para todos, fim das desestatizações e colocação das estatais sob o controle operário.

3. Que a CUT aprove a Campanha pela constituição de uma frente única antiimperialista. Deve fazer parte da campanha nacional de luta o objetivo de unir a maioria nacional oprimida em torno da classe operária

para combater a política neoliberal e expulsar o imperialismo. A CUT deve se colocar claramente em defesa do estatismo e contra qualquer privatização, lutando pelo controle operário da produção. Trata-se de lançar uma ampla campanha contra a privatização, pagamento da dívida externa e controle monopolista da economia pelas multinacionais. Deve fazer parte dessa plataforma antiimperialista a defesa da autodeterminação das nações, fim das intervenções bélicas das potências, defesa da economia nacionalizada no Leste Europeu/ Rússia, etc. e imediata suspensão do bloqueio comercial a Cuba.

4. Que a CUT denuncie amplamente a corrupção existente no governo Itamar, nos governos estaduais e no Parlamento. Que não se submeta a farsa das CPIs controladas pelos próprios corruptos e por interesses de partidos burgueses. Que a CUT chame à constituição de um movimento independente das massas para pôr fim à corrupção. Que a CUT lance um chamado para se formar os Tribunais Populares, com o objetivo de denunciar e mobilizar os trabalhadores contra o governo e os patrões que esbanjam, demitem e matam de fome.

Estratégia e tática do Plano de Lutas

1. É necessário que a CUT, como organização operária, camponesa e de assalariados da classe média empobrecida se coloque por uma política independente ao governo burguês e aos partidos patronais. Que a CUT rejeite o eleitoralismo como método de luta, que só serve para destruir o potencial de combate das massas. Que a CUT rechace a linha de colaboração dos pactos sociais, como as Câmaras Setoriais, aceitação das "demissões voluntárias", etc. Que a CUT não se submeta à demagogia de movimentos oficiais, como o recém-lançado movimento assistencialista de combate à fome. Que a CUT não sacrifique as reivindicações dos explorados em votações parlamentares e que não tenha por objetivo colher migalhas da mesa dos capitalistas.

2. Que a CUT nesta campanha nacional de luta e de organização de uma frente única antiimperialista tenha por base o método da ação direta e da organização coletiva dos trabalhadores. Que a CUT procure através da organização de comitês de base por todo o país construir a aliança operária e camponesa, de forma a criar uma só força contra o Estado, que exerce a ditadura da burguesia sobre as massas oprimidas. Que a CUT rejeite a política de fragmentação das lutas operárias e populares e trabalhe constantemente pela unificação e ampliação das greves, contrapondo-se ao corporativismo reinante.

3. Que a CUT caracterize claramente o governo burguês de Itamar, como antinacional e antipopular. Que caracterize o atual Congresso Nacional como oligárquico e antinacional. Que combata entre as massas as ilusões burguesas de que o governo e o parlamento poderão fazer reformas populares. Desta forma, levantar a bandeira de oposição revolucionária ao governo Itamar, que quer dizer uma oposição baseada na ação direta, na defesa das reivindicações vitais e antiimperialistas e no rechaço à demagogia do reformismo eleitoral.

4. Que a CUT se coloque em defesa da real solução da miséria e da fome. Isto quer dizer defender a estratégia de um governo do proletariado, que dada a composição social e as tarefas históricas de nosso país semicolonial só pode ser o governo operário e camponês, saído da revolução proletária. Não devemos esconder os objetivos de transformação do capitalismo em socialismo, com pena de sustentar o regime de exploração do trabalho.

Nacional



Segundo Congresso do DNTE-CUT: Mantém-se a política de conciliação e a paralisia da entidade

Nos dias 27 a 29 de julho realizou-se em Brasília o Segundo Congresso do DNTE-CUT - Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação, filiado à CUT. Contou com a participação de mais de 150 delegados, representantes de várias entidades filiadas, como CNTE, ANDES, FASUBRA, CONTEE, ANDEF, SINASEFE, que organizam os trabalhadores tanto do ensino público como do privado.

O congresso, ao invés de apontar para a unificação nacional dos trabalhadores em educação para se contrapor à política pró-imperialista de sucateamento imposta por Itamar, foi manobrado pela direção para manter o imobilismo da entidade e aprofundar a política de conciliação com o governo, e, conseqüentemente, facilitar o avanço nas privatizações e o beneficiamento à rede privada de ensino.

A linha de "garantir a curto prazo antes da revisão constitucional a aprovação no Congresso da LDB" demonstra o apoio dessa direção ao ensino privado e portanto, a negação do ensino público e laico a todos, haja vista

que a LDB mantém fundamentalmente o ensino religioso e verbas para os tubarões do ensino particular.

E para completar esse apoio ao governo rechaçaram a proposta de preparar a greve nacional da educação no segundo semestre, isto é, rechaçaram a única via capaz de se contrapor à política nacional de sucateamento, haja vista a disposição de luta dos servidores e as inúmeras greves ocorridas nos estados, derrotadas em sua maioria pelo isolamento.

Ainda que se tenha aprovado a proposta do bloco de oposição (PSTU, POR, Independentes) de indicar à plenária nacional da CUT a discussão da greve geral, não passou de mera formalidade. Caso saia, o que é uma possibilidade remota, não será organizada no setor da educação.

A luta contra a revisão constitucional, pela reposição integral da inflação a todos, pelo piso salarial do DIEESE e demais reivindicações estão submetidas às intermináveis e inócuas pressões ao parlamento. Mas mesmo assim, os reformistas sequer foram conseqüentes com a sua política, uma vez que não aprovaram nenhuma atividade centralizadora nesse campo.

Como se vê, a negação da preparação da greve geral nacional da educação em função do apoio à política burguesa manterá o DNTE na total paralisia, reforçará o corporativismo de cada entidade e a fragmentação dos trabalhadores em educação, facilmente derrotados pelo governo.

Na realidade, a autocrítica da direção pelo imobilismo da entidade desde sua origem (como a falta de quorum nas reuniões, a prioridade para as entidades individuais, etc)

só serviu para justificar que a inexistência do DNTE é o resultado dessa política reformista de conciliação de classe, levada pela Articulação, que dirige majoritariamente, e por seus satélites, como a DS.

De nada adianta mudar as pessoas, ou formar uma direção mais flexível e colegiada, quando a política de conciliação se mantém.

Finalmente, para justificar a inoperância da entidade e futuramente propor a sua extinção, como ocorreu no encaminhamento do Sindicato Único (Apeoesp/Afuse), restringiu-se mais ainda a participação das bases, reduzindo à metade o quorum da delegação para as plenárias anuais e retirou-se a proporcionalidade.

A Articulação, desde a fundação da CUT, foi contra a organização dos departamentos nacionais e favorável à estrutura legalista das federações. Eis o motivo pelo qual sabota a construção dos departamentos em todos os lugares.

O congresso ao invés de ser um palco de amplas discussões políticas no sentido de fortalecer e construir a entidade, foi reduzido a poucos debates programáticos, em função não só da ausência de documentos anteriores que norteassem o debate, como também pelos acordos de cúpula feitos nas costas das plenárias de base. Esses acordos permitiram à Articulação manobrar mais facilmente no plenário, a ponto de garantir a redução do quorum e eliminar a proporcionalidade, pois as correntes políticas abriram mão desse princípio em troca de garantir delegados à plenária nacional da CUT.

É preciso tirar mais essa lição. É necessário construir um bloco oposicionista de fato, que não abra mão dos princípios se quiser construir uma verdadeira direção de classe

Luta unitária dos servidores públicos

O Conselho das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Consesp) está convocando para o dia 13 de agosto o "dia estadual de paralisação". Segundo os organizadores, o movimento objetiva "unificar suas lutas contra o governo que vem condenando o funcionalismo à miséria e promovendo o esfacelamento do serviço público".

A medida unificadora é necessária. Mas não pode se ater a apenas um dia de paralisação. O dia 13 deve ser o ponto de partida para a preparação da greve geral do funcionalismo. Por experiências anteriores, constatamos que o Consesp age como

um organismo de cúpula da burocracia sindical. Por isso, não tem se constituído num verdadeiro instrumento unificador da classe.

Diante da situação calamitosa e das derrotas das greves isoladas como do judiciário, professores, funcionários de escola, saúde, etc, a unidade grevista das bases é decisiva para romper o cerco de Fleury. Desde já, se coloca a formação de comitês de base, convocação de uma assembléia unitária e eleição de um comando único do funcionalismo.

Toda força ao dia 13 de agosto!
Todos à Praça da Sé!

Educação



Denúncia

Professores-SP

Não é possível esperar mais: É hora da greve!

Fleury concedeu aos professores apenas as duas referências (10,25%). Numa inflação acima de 30% e com uma perda de quase 200% (somente nos últimos anos), o magistério passou a receber 1,4 salário-mínimo. Isso significa que a hora aula é de 69 mil cruzeiros. O que equivale a duas passagens de ônibus.

Não adianta a diretoria da Apeoesp denunciar todas essas falcatruas do governo sem nada propor. Convocou a assembléia para o dia 13 de agosto, com a paralisação, sem dizer claramente aos professores o objetivo desta. Será que irá outra vez defender as pressões aos deputados e as negociatas com os empresários? Certamente, se colocará contra a greve e apresentará as fórmulas milagrosas de reivindicar os reajustes salariais.

Os professores deverão repudiar

a política de colaboração de classe, os acordos com a Fiesp, OAB, Igreja, etc, e os passeios nas antessalas da Assembléia Legislativa. Dai não sairão as nossas reivindicações: piso salarial real, reajustes automáticos de acordo com a inflação, pagamento no último dia do mês trabalhado, etc.

A assembléia do dia 13 terá que apontar o caminho da luta. Esse só pode ser a greve. O governo só irá ouvir a educação quando esta paralisar as aulas. Quando estivermos fingindo de dar aula, Fleury finge que paga. Essa situação dramática não enche barriga. O arrocho salarial, conseqüentemente, traz a destruição da escola pública.

Muito colegas irão dizer que ainda não estamos prontos para a greve, que é preciso prepará-la. É claro que é necessário a unidade de todos, mas para isso a assembléia

deve aprovar o método de ação da classe, ou seja, a greve. Ai sim iremos juntos construir uma grande paralisação. Caso contrário, estaremos em sala de aula, dispersos nas escolas e apostando na política conciliadora da diretoria da Apeoesp. O momento é favorável e não podemos empurrar essa decisão para o final do ano letivo.

Todos à assembléia do dia 13 de agosto!

Vamos decretar a greve!

Construir a unidade para impor a derrota à política de fome de Fleury!

Educação

Estudantes e a merenda escolar

A situação da escola pública é caótica. Um dos principais problemas levantados pelos alunos em Diadema têm sido a falta de merenda. Isso se agrava no período noturno, quando a maioria dos estudantes vem do trabalho direto para a escola.

Os alunos, que estão iniciando um trabalho de construção do grêmio estudantil, constataram que a merenda é uma reivindicação fundamental. Por isso, saíram na campanha pela merenda escolar a todos.

O governo alega que falta verbas

para as escolas. Isso é uma grande mentira. O próprio TCU (Tribunal de Contas da União), órgão do governo, disse que nos últimos 3 anos apenas 26% dos dias letivos houve merenda e apontou algumas causas, como o desperdício, corrupção e manipulação política.

As empresas fornecedoras formaram uma máfia em torno das verbas. O governo ao invés de resolver o problema coloca que deveria pôr as empresas multinacionais na concorrência. Isso significa transferir a máfia de local.

Os estudantes deverão se orga-

nizar, com o objetivo de construir um amplo movimento em defesa da merenda de boa qualidade e o ensino público e gratuito a todos. O controle das verbas deverá ser feito pelos próprios trabalhadores de educação, alunos e pais. Somente assim será possível combater a corrupção.



Têxteis-SP:

Como o pelego colabora na campanha contra a fome do governo

A atual diretoria do sindicato diz que está lutando contra a fome. Isso porque está pedindo às empresas que concedam a cesta básica aos trabalhadores. Quanto aos salários, os pelegos de plantão preferem esperar até novembro pra ver como é que fica.

A oposição tem defendido que lutar de verdade contra a fome é lutar pelo aumento de salários e contra as demissões e o desemprego. Por isso entende que não é possível esperar até novem-

bro, é preciso fazer já uma campanha salarial de emergência. É unindo toda a categoria nessa luta que se combate a fome de verdade.

Por isso os trabalhadores devem exigir que o sindicato convoque uma assembléia geral para organizar essa luta. A tarefa da oposição é organizar os trabalhadores para que consigam derrotar o peleguismo no sindicato e arrancar dos patrões emprego e salário.

Movimento Operário

Campanha contra o desemprego

O comitê contra o desemprego vem realizando um trabalho de panfletagens nas portas das agências de emprego e bairros com o objetivo de preparar uma manifestação no dia 26 de agosto.

A continuidade das demissões e aumento da miséria exige um redobrado esforço de mobilização conjunta de empregados e desempregados. A burocracia sindical tem fechado as portas dos sindicatos para os desempregados e fechado os olhos para as milhares e milhares de demissões.

Muita demagogia se tem feito com a campanha oficialista dirigida

por Betinho (Contra a Fome e a Miséria). Isto só serve para obscurecer a tarefa de organizar o movimento operário e popular contra o governo neoliberal.

Por mais obstáculos que existam para organizar os desempregados, a militância classista não pode se afastar desse objetivo. Sabemos que a maior dificuldade é política, uma vez que a burocracia sindical bloqueia a união dos empregados e desempregados contra os exploradores.

Toda força ao movimento dos desempregados!

Organizemos a manifestação do dia 26 de agosto!

Metalúrgicos Osasco: Reconstruir a Oposição

O sindicato anunciou em seu Boletim que o Ministério do Trabalho decidiu proibir as máscaras descartáveis, incapazes de proteger os operários contra o amianto. A denúncia de contaminação feita há tempos atrás criou o maior descontentamento nas fábricas, mas o sindicato ficou apenas na denúncia. O mesmo está acontecendo com a resolução do Ministério do Trabalho, pois os patrões ainda mantêm as mesmas máscaras, como se nada tivesse

acontecido. É necessário que as Cipas reúnam os companheiros de fábrica e exijam medidas de luta para que se cumpra a resolução legal.

O problema não para nas máscaras. Os salários estão insuportáveis. Com o custo de vida cada vez mais alto e os reajustes insuficientes, é necessário retomar as reivindicações salariais. Cabe elaborar um plano de reivindicações e organizar o movimento operário contra a superexploração e as más condições de trabalho.

Reconstruir a Oposição

O sindicato de Osasco está sob o controle da Força Sindical, que apoia diretamente o governo Itamar, que descarrega a crise capitalista sobre os operários.

Recentemente, o sindicato participou do movimento da Fiesp chamado "Acorda Brasil", para sustentar o governo antinacional e antipopular. Agora se mostra incapaz sequer de mobilizar os trabalhadores para o reajuste mensal de 100%, que não acaba com o arrocho nos salários.

A organização de uma nova oposição é mais do que necessário. Os operários mais conscientes já demonstram a vontade de começar uma reação contra o peleguismo da Força Sindical. O trabalho começa por aglutinar os mais dispostos, discutir um programa classista da oposição e iniciar a organização fabril. A oposição inicia a sua construção defendendo a fundo as reivindicações operárias e o método da ação direta para arrancar as conquistas do patronato.

CAC demite como solução da crise

A demissão de mais de uma centena de trabalhadores no setor de adubo demonstra o caminho escolhido pela diretoria da CAC para resolver o enorme rombo financeiro. Os trabalhadores esboçaram uma resistência acampando e bloqueando os portões, mas logo desfeita pela direção do sindicato. Esta convenceu os demitidos de que se tratava de assegurar os direitos trabalhistas e que nada mais poderia ser feito. Esta política

traidora nega o princípio da luta que é a de preservação da fonte de trabalho.

O anúncio da falência da CAC pegou de surpresa seus trabalhadores. A falta de organização interna e de uma direção sindical classista facilitam a ação dos patrões, que descarregam a bancarrota sobre os assalariados.

É necessário reverter essa situação na própria luta. Os trabalhadores da CAC devem formar um comando de resistência, que seja capaz de convocar as assembléias e ocupar a empresa frente às demissões.

A negociação com os banqueiros

Pela estatização da CAC

Foi anunciado que o Banespa

autorizou um empréstimo do Banco do Brasil, mediante a formação de uma junta diretora formada pelos bancos credores. Isto não significa uma solução para os assalariados, pois com o "saneamento" virão a tercerização, as demissões e rebaixamento salariais.

No capitalismo, toda e qualquer solução para empresas falidas quem paga são os trabalhadores. A CAC não fugirá a esta regra.

É necessário que levantemos a bandeira de estatização da CAC, sem nenhuma indenização aos grandes capitalistas cooperados e aos banqueiros. Trata-se de uma estatização sob o controle dos trabalhadores, que deverão expulsar os grandes grupos econômicos e transformar a CAC numa cooperativa de pequenos agricultores.



Castro abre as portas de Cuba para o imperialismo

Fidel Castro afirmou recentemente que Cuba abrirá as fronteiras para investimentos estrangeiros, inclusive dos Estados Unidos, que aplicarão 400 milhões de dólares na ilha. E foi ainda além: vai acabar com a centralização e planificação da economia nas mãos do estado, retornando à anarquia de produção capitalista.

Trata-se de uma capitulação do castrismo às pressões imperialistas. O que mostra a incapacidade dessa corrente para defender a ilha e as conquistas da revolução cubana das garras do imperialismo. Por isso a defesa de Cuba só é possível e realizável com a crítica à política estalinista do socialismo num só país, aplicada por Castro, que leva necessariamente à derrota da revolução e ao retorno ao capitalismo. Caso contrário fica na retórica e na demagogia.

Defender Cuba também é defender a revolução política, que derrube a burocracia castrista que está entregando a ilha e restaure o poder operário, a ditadura do proletariado, que deve ser defendida a nível internacional.

Imperialismo prepara-se para atacar a Bósnia

O avanço das tropas sérvias nos arredores da cidade de Sarajevo precipitou a autorização do governo americano e da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para intervir militarmente no conflito entre sérvios, croatas e muçulmanos na ex-Iugoslávia.

Atualmente, forças militares da ONU ocupam territórios na região, controlam o aeroporto de Sarajevo e mantêm a cidade abastecida de armas e alimentos. É justamente nas regiões ocupadas pelo imperialismo que ocorrem mais conflitos.

Diante da chantagem imperialista (ameaça de bombardeios) os sérvios cessaram o avanço sobre Sarajevo e dispõem-se a discutir um novo acordo de cessar-fogo.

A instabilidade é total. A qualquer momento pode acontecer tanto o ataque americano quanto o avanço sérvio e a matança generalizada em Sarajevo ocorrerá em qualquer uma das duas possibilidades.

O interesse imperialista é o do fim dos conflitos com divisão territorial e recolonização da ex-Iugoslávia, colocando-a como semi-colônia européia e norte-americana.

É preciso exigir a não intervenção externa. Que os sérvios, croatas e muçulmanos resolvam seus próprios problemas. Fora o imperialismo da Bósnia!

Crise monetária afeta Europa

Na última semana de julho as economias européias foram abaladas pelas crises monetárias na França, Itália e Inglaterra. O motivo é a manutenção das altas taxas de juros pagas pelo governo alemão, que tornam os investimentos na Alemanha muito mais compensadores que nos outros países europeus. O dinheiro tem migrado massivamente para a Alemanha e prejudicado seus vizinhos europeus.

Apesar das pressões dos vizinhos, o governo alemão não pode baixar os juros porque o estado tem um déficit monstruoso.

A cada dia as possibilidades de unificação européia vão enfraquecendo. Uma comunidade que não consegue estabilizar sequer as relações monetárias, como conseguirá uma unificação de mercado?

O protecionismo continental, dos blocos, nova invenção imperialista para aliviar os efeitos da crise de sobreprodução capitalista, mostra-se incapaz sequer de efetivar-se, quanto mais de combater a recessão mundial.

O capitalismo está podre. A liberação das forças produtivas, estancadas pelas relações de propriedade capitalistas, só virá com a revolução proletária mundial e com o socialismo.

Oposição burguesa vence no Japão

O PLD, partido liberal democrático, há 38 anos no poder no Japão, perdeu a maioria no parlamento nas últimas eleições. A frente oposicionista elegerá o 1º ministro e governará o país.

A crise do PLD já vem de longe. Já havia sofrido com rachas que levaram à formação de 3 outros pequenos partidos, e vinha se enfraquecendo pela incapacidade do governo em conter as sucessivas crises monetárias e nas bolsas de valores, e pelos escândalos de corrupção envolvendo seus principais dirigentes.

A oposição pretende aumentar o protecionismo à já ultra protecionista economia japonesa. Vai acirrar os conflitos de mercado e comércio com os Estados Unidos e Europa.

Politicamente a frente de oposição é bem heterogênea. Vai do Partido Socialista até o budismo. Com todas essas forças em disputa, o governo formado tende a ser de crises constantes.

A perspectiva é a de agravamento da guerra comercial com os EUA e Europa, e de aprofundamento da crise política interna no Japão. Apesar do protecionismo, o Japão não pode escapar da crise mundial capitalista e os problemas econômicos devem permanecer.



Conflito interburocrático afunda economia russa

Boris Yeltsin tentou fazer na Rússia um enxugamento do dinheiro em circulação, para baixar a inflação (em torno de 2500 % ao ano) e acabar com a falsificação de notas. Fez um confisco parecido com o do governo Collor em 1990: mudou a moeda e as pessoas só poderiam trocar em dinheiro o equivalente a 35 dólares (cerca de 3 mil cruzeiros novos), o resto ficaria numa poupança e só seria devolvido depois de 6 meses. Foi um caos. Especuladores trocavam notas novas por velhas negociando com ganhos de 10 a 40% do valor da transação. A revolta contra o governo foi geral.

Yeltsin decidiu aumentar o limite de troca para 100 dólares (equivalente a 8 mil cruzeiros reais) e estender o prazo para fazê-lo nos bancos. Deu-se mal: no dia seguinte o parlamento russo, controlado pelos conservadores ex-estalinistas decidiu que não haveria mais limites para a troca, e a medida não serviu para mais nada. A luta interburocrática desorganizou ainda mais a economia russa.

A crise na Rússia é reflexo da crise mundial e da incapacidade da burocracia em fazer crescer as forças produtivas nesse quadro. A solução passa pela revolução política que deve derrubar a burocracia e reconstruir o poder operário e o controle da economia pelas massas.

A XI reunião do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, composto pelo POR boliviano, Comitê Construtor do POR Argentina, Chile e T.POR Brasil, foi realizada nos dias 23 e 24 de julho. Dentre as deliberações, se aprovou uma campanha de fortalecimento do POR boliviano em função das tarefas revolucionárias colocadas na situação política deste país. Chamamos toda a vanguarda a apoiá-la, tendo por base o Manifesto do Comitê de Enlace.

Manifesto por uma Campanha Internacional em apoio ao POR boliviano

Aos operários, camponeses, estudantes e explorados da América Latina e do mundo:

A ofensiva reacionária do Imperialismo contra os explorados e as nações oprimidas do mundo é a única maneira de sobrevivência do capitalismo em decomposição. Assim, a escala bélica e intervencionista no Iraque, Iugoslávia e Somália representam, na forma sangrenta, a via que tem o Imperialismo de resolver, em seu benefício, a contradição fundamental da época: o enorme desenvolvimento das forças produtivas e sua apropriação privada e monopolista.

A miséria das massas, originada desta lei capitalista de destruição de forças produtivas, impõe-se com a cumplicidade dos governos, burguesias dos países semicoloniais e da burocracia estalinista, agente do processo de restauração capitalista em curso na ex-URSS, China, Leste Europeu, Cuba, etc.

As lutas dos explorados, que se desenvolvem em todo o planeta, ocorrem em meio a uma fenomenal crise de direção política revolucionária do proletariado. É anão resolução dessa crise que tem permitido numerosas derrotas aos explorados e que tem dado sobrevida ao cadáver do capitalismo.

Nosso Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional está empenhado na luta revolucionária, que consiste prioritariamente na construção do Partido Mundial da Revolução Socialista e suas seções nacionais. Esta construção tem na Bolívia seu avanço fundamental. O trotsquismo boliviano, partido-programa, que tem penetrado na carne e no sangue dos explorados bolivianos, enfrenta hoje o desafio de uma situação revolucionária. Logo após ter atravessado a experiência san-

grenta das ditaduras militares e dos governos burgueses democratizantes de toda matiz, (incluindo a esquerda da Frente Popular), os operários e camponeses bolivianos estão em pé de luta contra a burguesia e seu Estado.

O governo "eleito" por uma ultraminoria da população (60% da população não votou ou votou nulo nas últimas eleições de junho), já deve enfrentar greves, mobilizações e a total desconfiância popular. Assim, o débil governo do MNR só pode recorrer à repressão fascista para impedir que os explorados bolivianos, dirigidos por seu partido, o POR, transformem a atual situação revolucionária em insurrecional.

Trata-se de apoiar o método de intervenção do POR.

Trata-se de tomar consciência de que a vitória revolucionária na Bolívia é uma vitória de todos os operários e explorados do mundo.

Trata-se de compreender a importância não só da transformação que tal conquista poderá produzir na correlação de forças a nível internacional entre burguesia e proletariado, mas sim do salto que implicará na resolução da crise de direção política da classe operária.

Companheiro, sua contribuição ao POR boliviano é uma necessidade vital. É um dever elementar de todo operário consciente. É uma exigência de todo o militante e ativista.

A discussão com seus companheiros de trabalho, estudo da situação revolucionária na Bolívia é um passo fundamental para a luta em sua fábrica, oficina, escola, hospital.

Pela vitória da Revolução boliviana!

Todo apoio ao POR!

Faça uma contribuição financeira a essa campanha internacional!

Viva a Revolução e ditadura proletárias!

Viva o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

